



Fidalgo, J. & Marinho, S. (Org.) (2009) *Actas do Seminário "JORNALISMO: Mudanças na Profissão, Mudanças na Formação"*. Universidade do Minho (Braga): Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS).

Formação em Jornalismo e Mercado de Trabalho: questões e dúvidas de uma relação inevitável

Sandra Marinho¹

A Mesa-Redonda em que se inscreve esta breve Comunicação trata “A relação entre formação em jornalismo e mercado de trabalho”, enquanto uma variável a ter em conta quando se aborda o tema deste Seminário: “Jornalismo: Mudanças na profissão, mudanças na formação”. De entre as várias perspectivas possíveis, escolhemos incidir em algumas questões e dúvidas que julgamos ser pertinente considerar quando se equaciona esta relação, que julgamos inevitável, num cenário de profundas mudanças em ambos os campos: na formação e no mercado de trabalho.

Antes de prosseguir, porém, deixamos umas breves notas sobre alguns aspectos que tomamos como pressupostos ou pontos de partida para as questões que vamos colocar e debater. Como primeiro ponto de partida, defendemos que a relação com o mercado é uma dimensão de um modelo mais vasto de avaliação da qualidade da formação, a par de outras dimensões, tão ou mais importantes, como a relação com a Sociedade; a qualidade dos recursos humanos, técnicos e financeiros; ou ainda os próprios conteúdos curriculares. É, pois, uma variável importante, quando se trata de avaliar a qualidade dos projectos de formação, mas no contexto de um conjunto de um modelo mais vasto.

¹ Assistente no Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho (UM) e investigadora do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) - ICS, UM.

Ao nível desta dimensão específica - a da relação com o mercado - evidencia-se a empregabilidade como o componente mais visível e mensurável. Sendo verdade, defendemos que há outros componentes relevantes, na relação da formação com o mercado de trabalho, nomeadamente a realização de estágios curriculares dos estudantes nas empresas; a participação de profissionais na docência, através de colaborações pontuais, a integração no corpo docente e na carreira de investigação; por meio da participação em Conselhos Estratégicos (Wanta, 2007); ou ainda por via de “sistemas de acreditação/certificação” dos projectos de ensino que envolvam os profissionais (Wanta, 2007; Frost, 2007).

Finalmente, e como terceiro pressuposto, consideramos que a necessidade de reequacionar a relação entre as Universidades e o Mercado, fruto das mudanças que têm ocorrido em ambos os terrenos, é um dado adquirido. Discutível é a orientação e profundidade que deverão/poderão tomar essas alterações, particularmente aquelas que implicam transformações nos currícula de Jornalismo.

Quando nos referimos ao cenário de mudança, pensamos nas alterações que têm vindo a ocorrer no campo do jornalismo, motivadas principalmente por questões económicas (concentração empresarial e pelos processos de convergência) e tecnológicas, e acreditamos que os projectos de ensino terão de reflectir sobre a redefinição do seu papel, num contexto de tão rápidos desenvolvimentos. Neste “contexto de mudança”, reforçamos os efeitos do “digital” (leia-se Internet) no trabalho dos jornalistas, um aspecto que vem sendo abordado e discutido por diversos autores (Bardoel, 1996; Indahl, 2000; Kopper, Kolthoff e e Czepek, 2000; Pavlik, 2000; Trench, 2000; Deuze & Dimoudi, 2002; Singer, 2003; Singer 2006), sendo que, para o caso português, dados recentes publicados pelo (Obercom, 2006), no âmbito do projecto “O Impacto da Internet nos Mass Media em Portugal”, a partir da inquirição de jornalistas de 14 redacções de rádio, TV e jornais, apontam para o facto de “a esmagadora maioria dos inquiridos - 94%” considerar que “a Internet efectivamente transformou o seu trabalho” (214). Consideramos, pois, que, num contexto de mudanças no exercício da profissão, importa saber até que ponto os actuais modelos para o ensino e formação em jornalismo terão capacidade de acomodar estas novas exigências ou se estaremos perante a necessidade de enveredar por um novo paradigma.

Do lado das Universidades, tivemos alterações profundas na legislação que rege o sector, com a publicação de um novo Regime Jurídico¹ e novas regras para a Avaliação dos Projectos de Ensino², a par da reestruturação dos cursos à luz da Declaração de Bolonha (Cardoso *et alii*, 2004), um processo nem sempre pacífico ou consensual (Marinho, 2006), e da anunciada reestruturação da rede de ensino superior, com vista à redução da oferta (Costa e

¹ "Lei n.º 62/2007 de 10 de Setembro: Regime jurídico das instituições de ensino superior," 2007.

² "Despacho que regula o Sistema de Avaliação de Qualidade para o Ensino Superior," Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Despacho n.º 484/2006 (2.ª série), *Diário da República*, 331-339.

Silva, 2006b; Wong, 2006a). Centramo-nos aqui na formação pelo Ensino Superior, não porque tenhamos um entendimento restritivo do conceito de formação – muito pelo contrário, defendemos a relevância da formação em serviço –, mas apenas porque é, de longe, a mais representativa, em termos da quantidade da oferta.

Não é nosso objectivo mapear exaustivamente nesta Comunicação as mudanças que têm ocorrido nos campos da profissão e na formação, mas apenas contextualizar a nossa argumentação neste cenário. No quadro deste panorama, elegemos três questões para trazer ao debate que hoje aqui se desenrola. São perguntas e dúvidas que, na nossa opinião, devem ser discutidas e, dentro do possível, respondidas, quando se pensa a relação entre o Mercado de Trabalho e as Universidades, relação essa que julgamos inevitável:

1. Qual o papel das instituições de ensino/projectos de formação na regulação da oferta, num cenário de crescente precarização?
2. Que facetas/perigos encerra o conceito de empregabilidade e qual o seu lugar na dimensão da relação da formação com o mercado?
3. Que outras estratégias podem ser accionadas, exploradas ou intensificadas, num contexto de mudança na profissão e na formação?

No que toca à primeira questão, não nos colocamos do lado dos que defendem que cabe à Universidade tomar a iniciativa de regular a oferta, fechando projectos de ensino, como forma de combater o desemprego no sector. Acreditamos que os cidadãos têm o direito e a responsabilidade de decidir sobre a sua formação académica e não vemos como fim último e obrigatório desta formação o emprego. Igualmente, não acreditamos de os índices de emprego devam orientar o trabalho que é feito pelo e no Ensino Superior. Não significa isto que não haja um papel a desempenhar por estas instituições, como passamos a explicar.

Antes de mais, é importante que as universidades coloquem as questões da empregabilidade e da relação com o mercado como assuntos de investigação e divulguem os resultados, para que candidatos e famílias fiquem mais capacitados a tomar decisões. Esta preocupação não tem estado ausente do trabalho dos académicos: Sousa, por exemplo, dedicou-se a tratar o tema da integração e dos percursos dos diplomados, do ponto de vista da mobilidade, ou seja, procurou perceber de que forma o acesso a um diploma no Ensino Superior acarreta mudanças ao nível da mobilidade social de geográfica (Sousa, 2007). Outros autores (Figueira & Granado, 2004; Marinho & Silva, 2007; Marinho, 2008) investigaram a situação profissional dos licenciados em Jornalismo e Ciências da Comunicação no contexto nacional e, no plano internacional, são diversos os estudos desenvolvidos, pelo que limitamo-nos a relembrar os trabalhos do investigador Miguel Túñez, para o caso galego (Túñez & Garcia, 2000; Túñez *et alii*, 2004; Túñez *et alii*, 2007).

Perante este interesse por parte de investigadores e académicos, poder-se-ia pensar que teríamos uma boa base de trabalho para comparar tendências, fazer previsões ou propor estratégias conjuntas para a resolução de alguns problemas. De facto, isso não é verdade. Tanto no caso dos trabalhos citados como de outros que têm sido realizados, não há consonância de metodologias, modelos de análise, instrumentos de recolha ou até dos períodos temporais em análise. Esta circunstância, a nosso ver, empobrece a investigação na área e acaba por funcionar com um entrave a outro tipo de trabalhos, da ordem do diagnóstico ou mesmo da “prescrição”. Acaba, assim, por haver um vasto, importante e útil conjunto de informação subaproveitada. Este é um ponto de vista que já defendemos noutros momentos (Marinho, 2007a; Marinho, 2008).

Ainda ao nível da regulação da oferta, parece-nos que a criação de um sistema de certificação dos conteúdos e estruturas curriculares, criado e assumido pelos próprios projectos de ensino, em conjunto, em moldes a discutir e definir, poderia resultar numa vantagem competitiva. Já no que toca especificamente aos conteúdos, parece-nos que seria muito vantajoso que houvesse um processo contínuo de actualização curricular, a partir da inventariação de interesses específicos e conjunturais no mercado e do público, reservando para este efeito as disciplinas de opção, presentes em todos os currícula.

No que toca à segunda questão que propusemos para debate, relativa ao conceito de empregabilidade, para além do que já dissemos relativamente ao seu lugar na relação da formação o mercado, a par de outras dimensões, queremos apenas chamar a atenção para o discurso demagógico que pode resultar do facto de não se articular a reflexão sobre a empregabilidade com essas outras variáveis, principalmente no contexto do RJIES, que coloca os níveis de emprego dos projectos de ensino como factor de avaliação (e financiamento?) das Universidades e Politécnicos. É, sem dúvida, a variável mais visível e mais facilmente mensurável num possível modelo de avaliação, mas não pode aferir-se única e directamente deste índice a qualidade de um projecto de ensino.

Finalmente, quanto à terceira interrogação proposta, a que aponta para as possíveis acções a implementar e intensificar, para além das que já referimos, relembramos a necessidade de jornalistas e académicos criem e trabalhem as pontes que os unem, tanto ao nível da formação como ao nível do emprego, e realçamos a importância dos processos de Avaliação Interna da Qualidade que deveriam ser implementados de forma sistemática e exaustiva pelos projectos de Ensino. Acreditamos que seria vantajoso para os cursos de Comunicação e Jornalismo que a avaliação da qualidade fosse desencadeada por eles próprios (a partir de um modelo comum discutido e adoptado de forma consentânea) e não imposta pela tutela, com a colaboração dos jornalistas e das empresas. Isto contribuiria para um permanente processo de

atualização e melhoramento das metodologias e conteúdos, de uma forma autónoma, antecipando, inclusivamente, as actividades de Avaliação Externa. Para além disto, seria importante que, em futuras investigação sobre a empregabilidade e os percursos profissionais fosse dada mais atenção a variáveis que ganham importância neste contexto de mudança, como por exemplo a mobilidade ou os perfis profissionais, entre outras.

No tempo e formato da Comunicação que aqui trazemos são estas as questões que elegemos para debater. Não esgotam a problemática nem foram tratadas de forma exaustiva, mas trazemo-las apenas como portas ou pistas para a discussão. Terminamos, insistindo em três ideias:

- a relação entre o mercado e a formação é inevitável, importante e pode dar azo a equívocos que podem ser evitados;
- no contexto de mudança é necessário fazer adaptações, mas nem todas as mudanças que ocorrem no campo profissional podem ou devem transpor-se para a formação por uma razão muito simples: nem todas as mudanças são boas e é preciso pensar sobre elas;
- é importante que as instituições e os cursos tomem nas suas mãos as tarefas de avaliação da qualidade, para que se possam antecipar às mudanças.

Muito obrigada pela vossa atenção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bardoel, J. (1996). "Beyond Journalism: A Profession between Information Society and Civil Society", *European Journal of Communication*, Vol. 11, nº. 3: pp. 283-302.

Cardoso, L.M.et alii (2004). *Implementação do Processo de Bolonha a Nível Nacional, por Área de Conhecimento: Área Científica de Comunicação Social - Relatório de Missão*.

Costa e Silva, Elsa (2006b, 20 de Setembro). Reitores preparam mapa de cursos para reduzir mais a oferta no superior. *Diário de Notícias*.

"Despacho que regula o Sistema de Avaliação de Qualidade para o Ensino Superior". Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior. Despacho n.º 484/2006 (2.ª série), *Diário da República*, 331-339.

- Deuze, M. & Dimoudi, C. (2002). "Online journalists in the Netherlands", *Journalism*, Vol. 3, nº. 1: pp. 85-100.
- Figueira, J. & Granado, A. (2004). "Quem são, onde estão e o que pensam os licenciados em Jornalismo por Coimbra". *III SOPCOM*. Covilhã, 22 e 23 de Abril.
- Frost, C. (2007). "The development and integration of bachelor degrees in journalism into the training and recruitment of journalists in the UK", *Congresso Internacional Premium - A Integração Profissional dos Licenciados em Jornalismo/Ciências da Comunicação*, Jorge Marinho e Salomé Pinto da Silva, Porto, 192-200.
- Indahl, N. G. (2000). *The journalistic work process in digital media*. Paper presented at the CMC Symposium, Bornholm, Denmark.
- Kopper, G. G., Kolthoff, A. e Czepek, A. (2000). Research Review: online journalism - a report on current and continuing research and major questions in the international discussion. *Journalism Studies*, Vol. 1 (3).
- "Lei n.º 62/2007 de 10 de Setembro: Regime jurídico das instituições de ensino superior". Assembleia da República. Lei n.º 62/2007, *Diário da República*.
- Marinho, J. & Silva, S.P. (2007). "Integração dos licenciados em Jornalismo/Ciências da Comunicação nos mass media do Grande Porto", *Congresso Internacional Premium - A Integração Profissional dos Licenciados em Jornalismo/Ciências da Comunicação*, Jorge Marinho e Salomé Pinto da Silva, Porto, 149-179.
- Marinho, S. (2006). "Reflexão sobre a necessidade de novo um paradigma para o ensino do Jornalismo: o caso da Universidade de Columbia". *II Seminário Internacional Media, Jornalismo e Democracia - Jornalismo e Actos de Democracia*. Escola Superior de Comunicação Social - Instituto Politécnico de Lisboa, 13 de Novembro de 2006.
- Marinho, S. (2007a). "Integração profissional e formação em jornalismo e comunicação: o caso da Universidade do Minho", *Congresso Internacional Premium - A Integração Profissional dos Licenciados em Jornalismo/Ciências da Comunicação*, Jorge Marinho e Salomé Pinto da Silva, Porto, 13-33.
- Marinho, S. (2008). "O Percurso Profissional dos Licenciados em Jornalismo num Contexto de Mudança: o caso da Universidade do Minho", *Comunicação e Cidadania - Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação*, Moisés de Lemos Martins e Manuel Pinto, Braga, Universidade do Minho.
- Obercom (2006). *Jornalismo Hoje. Uma análise de 14 redacções de TV, Rádio e Jornais - Research Report*. Obercom.
- Pavlik, J. (2000). The Impact of Technology on Journalism. *Journalism Studies*, Vol. 1 (2).
- Singer, J. (2003). "Who are these guys? - The online challenge to the notion of journalistic professionalism", *Journalism*, Vol. 4, nº. 2: pp. 139-163.
- Singer, J. (2006). The socially responsible existentialist - a normative emphasis for journalists in a new media environment. *Journalism Studies*, Vol. 7 (1).
- Sousa, L.N. (2007). "Processos de transição ao trabalho: o caso dos diplomados em Comunicação da Escola Superior de Educação de Viseu", *Congresso Internacional*

Premium - A Integração Profissional dos Licenciados em Jornalismo/Ciências da Comunicação, Jorge Marinho e Salomé Pinto da Silva, Porto, 34-59.

- Trench, B. (2000). *Internet Journalism: are we ready?* Paper presented at the CMC Symposium, Bornholm, Denmark.
- Túñez, M. & Garcia, X.L. (2000). *Condições laborais e actitudes profesionais nos medios de comunicación*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega.
- Túñez, M. et alii (2007). "Condições laborais, reputación e satisfacción profesional dos xornalistas", *Congresso Internacional Premium - A Integração Profissional dos Licenciados em Jornalismo/Ciências da Comunicação*, Jorge Marinho e Salomé Pinto da Silva, Porto, 77-99.
- Túñez, M. et alii (2004). *Da Facultade ao Mercado Laboral: estudo e análise das saídas profesionais da licenciatura de Xornalismo (1995/2002)*. Santiago de Compostela: Facultade de Ciencias da Comunicación, Universidade de Santiago de Compostela.
- Wanta, W. (2007). "Trends in journalism education in the US: collaborating with the news industry and other disciplines", *Congresso Internacional Premium - A Integração Profissional dos Licenciados em Jornalismo/Ciências da Comunicação*, Jorge Marinho e Salomé Pinto da Silva, Porto, 180-191.
- Wong, Bárbara (2006a, 15 de Setembro). Nove em cada dez licenciados portugueses estão a trabalhar. *Público*.